



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E A JOVEM NEGRA: A NECESSIDADE DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO PARA GARANTIA DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

Josilene Maria de Oliveira (PPGSS/UEPB)¹

Patrícia Cristina de Aragão Araújo (PPGSS/UEPB)²

(Universidade Estadual da Paraíba)

RESUMO

O presente artigo visa apontar as problemáticas que afetam as juventudes, em especial ao que se refere a educação e ao ensino em tempo integral e como este precisa ser pautado como política a partir da transversalidade de gênero e étnica, pois afirmar a educação como direito humano se faz necessário para garantir que as jovens negras não sejam o segmento mais afetado com o abandono escolar no ensino médio.

Palavras-chave: jovens negras, ensino em tempo integral, educação.

ABSTRACT

This article aims to point out the problems affecting youths, especially when it comes to education and to teaching full-time and how it needs to be guided by a policy from a gender and ethnic mainstreaming because state education as a human right it is necessary to ensure that the African girls are not the most affected segment with the school leaving high school.

Keywords: African girls, school full-time, education

¹ Mestranda em Serviço Social
E-mail: josissmaria@yahoo.com.br

² Professora do Mestrado de Serviço Social.
E-mail: crisrina-aragao21@hotmail.com



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir a educação como direito humano, e como esta influi na formação da pessoa humana, compreendendo a escola como o espaço privilegiado para formação da pessoa e da cidadania, pois de maneira geral, é o lugar onde desde a infância até a vida adulta são estabelecidas relações sociais que nos moldam por determinados período e ou pelo resto de nossas vidas.

Segue regras, determinações ou leis para tentar prestar um serviço de qualidade e padronizado em todo território nacional. É a partir do que está posto nos planos relativos à educação, aos direitos humanos, e outras normatizações que abordam juventudes, os aspectos étnico-raciais, que embasaremos a nossa discussão.

A perspectiva de focar a nossa discussão com jovens negras se dá inicialmente pela nossa própria condição de mulher negra e por vivenciar em muitas situações, as problemáticas de pertencer a este segmento, mas principalmente por estar nestas mulheres, em especial as jovens, os maiores índices de vulnerabilidade social.

Estas problemáticas estão inter-relacionadas, e ainda estão perpassadas pelas questões étnico-raciais e de gênero. Para compreendê-las articulamos algumas categorias, a saber: gênero, juventudes, raça, educação, direito humano. Estas categorias estão envoltas das mais variadas expressões da *questão social*, e propõem estratégias de resistência e de enfrentamento a elas a partir do debate, da incorporação de um discurso de equidade, em especial nas políticas públicas.

Se fôssemos elencar neste artigo as problemáticas que mais afetam as juventudes, poderíamos colocar as decorrentes da violência, o emprego e renda e a educação, e assim, podemos colocar alguns dados para exemplificar este cenário de vulnerabilidade.

Segundo Waiselfisz (2014), no mapa da violência do Brasil, a violência, que acomete as nossas juventudes tem uma cor, um sexo e uma faixa etária definida, tendo em vista que 28,8% dos homicídios ocorridos entre 1980 e 2012 são jovens entre 15 e 29 anos, quando



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

a população em geral foi de 2% neste mesmo período. Desta população dos jovens, 70% que são assassinados são negros, pretos ou pardos.

Em se tratando da Paraíba, cidades como Santa Rita, Conde, Mari, João Pessoa, figuram neste mapa, onde ocorrem crimes contra este estrato da população, mesmo tendo apresentado uma queda de 1,7% nos índices de homicídios. Os movimentos de juventudes e negro, o chamam de genocídio da juventude negra. Nos novos dados divulgados apontam que a Paraíba é o segundo estado da federação onde mais morrem jovens vítimas de crimes violentos. São jovens negros, entre 12 e 29 anos, que estão expostos a violência, e nos leva a refletir, que este jovem representa uma família, que tal qual ele está sujeito as mesmas condições de vulnerabilidade.

No que tange os aspectos relacionados ao emprego e a renda, temos a mais dura realidade uma vez que nossas e nossos jovens estão sim, trabalhando, mas em sua maioria, em que podemos colocar, cerca de 60, 5% estão no mercado informal de trabalho, como aponta Carrochano (2011, p 28). Isto implica dizer que muitas vezes as nossas juventudes se submetem aos mais diversificados salários, carga horária e tipos trabalho, que entre outras coisas, acaba por prejudicar a sua formação escolar e universitária.

É importante frisar que este aspecto também está perpassado pela questão ética e gênero, pois as mulheres negras têm muito mais dificuldades em conseguir empregos de qualidade, compreendendo este como sendo aquele tipo de atividade que lhe permita os direitos mínimos trabalhistas.

Nas questões relacionadas a educação, a situação se complica um pouco mais, pois se é verdade que as mulheres hoje possuem uma maior escolaridade que os homens, isto implica em um maior sacrifício, e multiplicação de tarefas para nós mulheres, em especial as mulheres negras, que é o que pautaremos a seguir, no intuito de analisar como a transversalidade de gênero é fundamental para as políticas públicas, em especial a educação.

METODOLOGIA



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Para a elaboração deste artigo, utilizamos a análise de dados oficiais sobre a educação no país e a partir disto, feito o recorte geracional, étnico e gênero. Nos aspectos relacionados a compreensão destes dados, realizamos uma análise bibliográfica, com autores que pautam as juventudes e também os aspectos relacionados a educação, direitos humanos, gênero e o recorte étnico-racial para este segmento da população. Também foi feita a leitura de matérias de jornais e blogs especializados.

Este processo foi fundamental para garantir uma maior reflexão e apreensão sobre como as jovens negras são as mais afetadas pelas problemáticas que objetivam a construção deste artigo

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DOS E DAS JOVENS NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 nos coloca em seu quinto artigo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, isto dá um aspecto muito democrático a este texto, mas na prática ele não se processa desta forma, haja visto a discrepância de gênero que vivenciamos no cotidiano da sociedade, em especial a brasileira.

Ainda em se tratando da Constituição, no seu artigo duzentos e seis, em que trata da educação, propõe a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Compreendendo que este artigo, em específico, pode se referir a vários aspectos, na nossa análise, se ligarmos os dois artigos, teremos que nem somos todos e todas iguais em direitos, e que não temos as mesmas condições de permanência em sala de aula, principalmente quanto acrescentamos os aspectos de gênero, de classe, de etnia.

Na concepção de Corbucci (2009, p 91) pode-se concluir que houve uma priorização do segmento populacional jovem enquanto política educacional nos últimos anos no Brasil, mas coloca que ainda existem distorções quando analisadas as condições educacionais desta parcela populacional, tais como: as taxas de analfabetismo; a distorção idade – série; o



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

abandono escolar; as diferenças regionais, além das questões relacionadas as áreas urbana e rural; a oferta do ensino técnico, e ainda os aspectos relacionados as condições socioeconômicas e a conciliação do estudo e o trabalho.

Quando partimos para analisar a variável de gênero, Corbucci (2009, p 99) nos diz que as mulheres se sobressaem em relação aos homens, o que confirma que as mesmas têm alcançado um nível maior de escolaridade, em que pese, no ano de 2007, cerca de 53,8% da frequência escolar era de mulheres, com mais onze pontos percentuais a mais que homens.

É importante frisar que na I Conferência Nacional de Juventude, em 2008, foi defendida a melhoria da educação a partir da ampliação dos investimentos nesta política e a ela se destinaria 10% do Produto Interno Bruto – PIB³, com vistas a garantir o acesso e permanência de estudantes excluídos/as em sala de aula. Assim, podemos afirmar que é da preocupação das juventudes e compõe a sua pauta de reivindicação as problemáticas relacionadas à educação. Uma outra proposta que foi apresentada foi a destinação de parte desta verba para a implantação do modelo integral de ensino na educação básica.

Porém, considerando que a entrada na vida adulta passa necessariamente pela escolarização, o acesso ao trabalho e a saída da casa dos responsáveis, temos que levar em conta as trajetórias juvenis, que serão diferenciadas em decorrência da qualidade da educação recebida, da relação estabelecida com seu núcleo familiar, o conjunto da sociedade e as moratórias que estes lhes empõem.

Para corroborar com esta afirmação, e apontar como podem ser diferenciadas e estratificadas estas trajetórias, temos que:

Assim por conta dos sistemas de relações sociais entre os sexos, ou de gênero, em uma série de indicadores, objetivos, de classe, como lugar quanto à remuneração do seu trabalho, as mulheres se posicionam em pior situação que os homens, e também por indicadores subjetivos e culturais se identificam divisões sexuais de poder, de trabalho, de lugares próprios de circulação, e do prazer. Também pela combinação de discriminações que se reproduzem

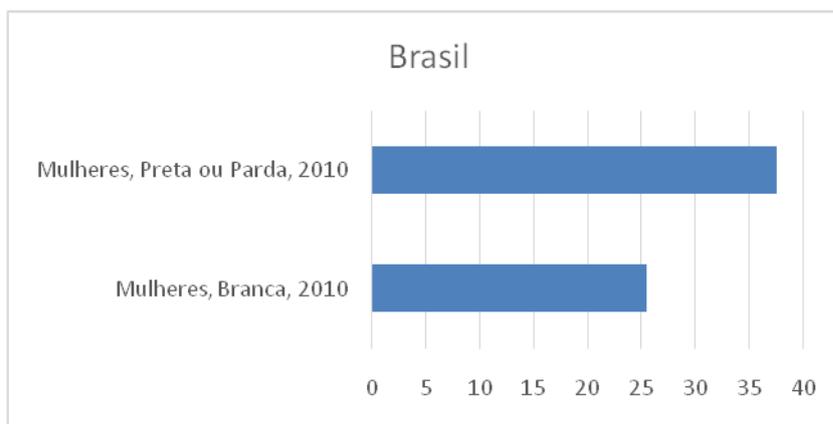
³ No Plano Nacional de Educação, aprovado em junho de 2014, foi aprovado o repasse de 7% do PIB à educação, o que ocorrerá gradativamente, até o quinto ano de vigência do plano.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

historicamente e são respaldadas por intolerâncias atuais, os afrodescendentes mais que os de pele clara mais se concentram em indicadores negativos, bem como os jovens, que não por acaso também se destacam negativamente nas estatísticas vítimas de homicídios e entre os desempregados. Ou seja, mesmo entre os pobres há gradações, hierarquias e formas de viver a classe, com sentidos próprios, a depender do gênero, da raça e do momento no ciclo vital (Castro 2004, pág. 3).

Para que possamos reafirmar a necessidade da transversalidade de gênero e dos aspectos étnicos-raciais para as políticas públicas, em especial na educação, precisamos avaliar alguns dados, quais sejam, os dados sobre abandono escolar que apontam que entre as mulheres pretas ou pardas (37,5%) é bem maior que entre as brancas (25,4%), ou seja, mais de dez pontos percentuais, como nos mostra o gráfico abaixo:



Fonte: Estatística de Gênero – IBGE 2010

Uma proposta de política que seja elaborada para sanar a problemática apontada precisa considerar a perspectiva do gênero, o aspecto étnico, além de uma gestão eficiente e que possibilite o monitoramento, a avaliação e adequação contínua das ações propostas, para que esta política seja capaz de atender a demanda que a originou. E a transversalidade da questão de gênero nisto é primordial, tendo em vista que a maioria das decisões políticas que



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

afetam as mulheres são resultados que “um olhar” dos homens, como aponta Lisboa (2005, pag 67).

O CONTEXTO PARAIBANO

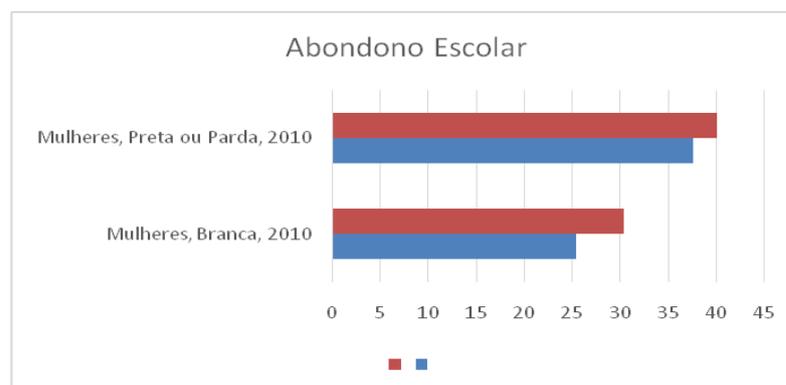
Como avaliamos anteriormente, as políticas públicas, de algum modo, tem servido para promover a marginalização das mulheres na medida em que não considera as suas especificidades e são colocadas por outros interlocutores. Os dados apresentados acima são apenas uma amostra de uma das distorções colocadas por Corbucci (2009) quanto ao cenário nacional, mas se faz necessário contextualizar a Paraíba para que possamos perceber como esta problemática procede no nosso estado.

E fazendo uma relação entre os dados nacionais e a realidade da Paraíba, temos a confirmação que os cenários são similares, porém, com uma realidade um pouco mais dura, pois ela está acrescida das disparidades regionais nos investimentos da política de educação, o que ocasiona em maior grau as distorções apresentadas por Corbucci (2009) anteriormente, e um índice significativo da população em condições de pobreza e todas as problemáticas decorrentes disto.

Para exemplificar, temos que, se a taxa de abandono escolar no país, no ano de 2010, entre mulheres brancas e pretas ou pardas teve uma diferença de 12,1%, na Paraíba, no mesmo ano, esta diferença é de 9,7%. Sim, é menor, mas por outro lado, o índice de abandono neste estado é mais elevado que a média nacional, como nos mostra o gráfico abaixo:



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES



Fonte: Estatística de Gênero – IBGE 2010

Estes dados nos mostram que há a necessidade de conceber as políticas públicas de modo que as considere a partir de estruturas que favoreçam as mulheres, com a perspectiva da equidade de gênero, como por exemplo, o caso das escolas em tempo integral.

A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E A NECESSIDADE DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO

Nos debates sobre a implantação das escolas em tempo integral no país, de um modo geral, se coloca como um avanço significativo para a consolidação de uma nação mais “civilizada” e conseqüentemente desenvolvida. O Plano Nacional da Educação – PNE propõe que até 2024, metade das escolas públicas do país garantam esta modalidade de ensino.

Há porém, uma série de implicações neste modelo de ensino, porque não é apenas garantir que alunos/as passem mais tempo na escola. Faz-se necessário repensar toda a forma de funcionamento das escolas para adequá-la, desde a estrutura física, pois nossas escolas não são planejadas para a longa permanência, até o processo de capacitação de docentes, reavaliar os currículos, além de garantir os recursos financeiros necessários para sua efetivação. Uma das formas de ampliar estes valores à educação, seriam com os 10% do PIB, uma proposta já colocada pelos movimentos de juventudes, ainda na 1ª Conferência Nacional de Juventude.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Ponderar a evasão ou abandono escolar, como pautamos ao longo deste artigo, nos cenários nacional e estadual, nos leva a perceber que estes se dão ainda com a escola em funcionamento em um único turno. Como será então nesta perspectiva de maior tempo nas escolas públicas?

Em uma matéria recente, um jornal de grande circulação no estado da Paraíba, apontou que do total de pessoas que abandonaram precocemente as salas de aula no Estado, 55,87% são homens, ou seja, 111.365 pessoas, enquanto que 44,12%, mulheres, o equivalente a 87.955 pessoas. Entre os homens desistentes, os negros foram maioria, representando 65,22% do total (72.641). Os brancos, por sua vez, foram 33,12% do todo (36.890).

Estes dados nos trazem que mesmo que as mulheres sejam maioria em escolaridade, ainda há uma parcela significativa de jovens negras que abrem mão de sua formação, muitas vezes para manter o emprego precário, mas que é significativo para sua sobrevivência e de seus familiares, além das atividades relacionadas ao cuidado da família. Elas representam cerca de 64,2% de mulheres que desistem de estudar.

Então, pensar o ensino integral, se faz necessário que seja a partir de práticas inclusivas, que levam em consideração o tempo de permanência dos/as jovens em sala de aula, e na possibilidade de escola em tempo integral, que possa garantir que o/a jovem estudante e trabalhador/a não seja forçado a optar entre a sua formação e o exercício profissional, muitas vezes precários.

É nesta medida que esperamos que a política de educação seja pensada, ao elaborar as propostas de ensino integral, que leve em conta o recorte de gênero, o aspecto étnico-racial, pois a educação como direito humano e inclusivo como deve ser minimamente pensada.

Para Andrade (2013), ao que ele chama de educabilidade, é a necessidade de outros humanos e desta relação para aprender, que cria-se a identidade de humano, em que nos tornamos humanos neste processo social, e como tal, temos o direito de vivenciá-lo.

Neste processo de educabilidade é possível às juventudes trazer a tona outros aspectos do espaço privado, inventar novas formas de expressão política, criar novos espaços públicos,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ressignificar várias expressões culturais e principalmente, provocar outras relações nos espaços de poder.

CONCLUSÕES

A carne mais barata do mercado é a carne negra. Que vai de graça pro presídio. E para debaixo do plástico. Que vai de graça pro subemprego. E pros hospitais psiquiátricos. A carne mais barata do mercado é a carne negra. (Elza Soares)

Reconhecemos que os anos 2000 foram de grande mobilização das juventudes, em especial no que tange as lutas por seus direitos e principalmente de conquistas, uma vez que podemos elencar a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, que proporcionou a criação de órgãos correlatos nos estados e municípios, a realização de duas grandes conferências nacionais, que mobilizaram mais de 500 mil jovens em suas etapas estaduais e municipais, a aprovação do que consideramos o Marco Legal da Juventude, a exemplo da Emenda constitucional 65, que garantiu a inserção do termo JOVEM no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais na nossa constituição. Ainda o Estatuto da Juventude, que nos possibilitou a definição da faixa etária e o que é ser jovem, e o mais importante, servir de base legal para nortear a criação e implementação de políticas públicas específicas.

Na mesma medida, o povo negro, principalmente as juventudes negras, conseguiram defender e pautar as políticas afirmativas com maior ênfase e conquistas, trazendo ao conjunto da sociedade as suas principais problemáticas. Foi possível fazer com que as pautas do Encontro Nacional da Juventude Negra – ENJUNE nortegassem os documentos das duas conferências de juventude, tendo em vista que estes mesmos documentos são referenciais à elaboração de políticas.

E em se tratando das conquistas dos movimentos feministas, ressaltamos que os mesmos, a partir de suas ações e pluralidade de propostas para os variados segmentos de gênero e várias correntes teóricas, contribuiu e contribui significativamente para o



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

questionamento e enfrentamento as problemáticas, propondo um novo olhar para as mulheres, com vistas a mudar a lógica das relações de poder posta na sociedade vigente na perspectiva da emancipação feminina, como aponta Lisboa (2010, p 65). Como exemplo emblemático destas lutas, tivemos em 2006 a aprovação da Lei Maria da Penha.

Mas, mesmo todas estas conquistas precisam a cada dia ser reafirmadas, e ainda defendidas para que não tenhamos retrocessos, como por exemplo, a retirada brusca e sem sentido, das diretrizes que propunham a superação das desigualdades educacionais baseadas na promoção da igualdade de gênero, racial, regional e de orientação sexual do Plano Nacional da Educação. Nem precisamos mencionar que estas eram conquistas históricas dos movimentos articulados em torno destas pautas ainda na década de 80, e que foram significativas para possibilitar os passos à frente que conseguimos na elaboração de políticas públicas.

No entanto, se faz necessário reafirmar que, diante deste cenário que se apresenta para nossas intervenções profissionais e políticas, que pautar a transversalidade de gênero, étnica e racial, de orientação sexual, entre outras, é importante por garantir o que já temos conquistado por lei e fazer valer a perspectiva de uma cidadania diferenciada, com políticas públicas específicas que nos permita pensar de forma integrada, as diversas trajetórias das juventudes e que se agregam ao conjunto das políticas de estado.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. **Quebrando Mitos: Juventude, participação e políticas.** Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; resumo executivo. Brasília: RITLA, 2009;

ANDRADE, Marcelo. **É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano.** Porto Alegre, impresso, v. 36, n. 1, p. 21-27, jan./abr. 2013

CASTRO, Mary Garcia. **Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas. Acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes.** Unesco, São Paulo, 2004;



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Situação educacional dos jovens brasileiros**. In: Juventude e políticas sociais no Brasil. **Org:** CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. Brasília: Ipea, 2009;

Carrochano, Maria Carla. **Um balanço das políticas**. In: Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil. **Org:** PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de. São Paulo: Peirópolis, 2011;

Constituição Federal de 1988, disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650554/artigo-206-da-constituicao-federal-de-1988>, acessado em: 15/01/2015;

Estatísticas de Gênero – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0> , acessado em 14/01/2015;

Lei 13.005 de 25/06/2014 – Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm, acessado em 06/05/2015;

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social**: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf>, acessado em 10/01/2015;

_____. **Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos**. Katálysis v. 8 n. 1 jan/jun . Florianópolis, 2005;

Lobby conservador retira igualdade de gênero do Plano Nacional da Educação. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2014/04/lobby-conservador-retira-igualdade-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-5214.html>, acessado em 18/01/2015;

OS NEGROS DEIXAM MAIS A ESCOLA. Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/noticia/138166_negros-deixam-mais-a-escola acessado em 02/11/2014

Polêmica sobre questão de gênero predomina em reunião sobre PNE. Folha de São Paulo – Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/03/1427935-polemica-sobre-questao-de-genero-predomina-em-reuniao-sobre-pne.shtml>, acessado em 06/05/2015;



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

WAISELFIS, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2014 – os jovens do Brasil**. Disponível em:
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf,
acessado em 17/01/2015;